

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.433.629 - SP (2014/0025582-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : VICENTE DEL VECHIO NETO  
**RECORRENTE** : VICENTE DEL VECHIO NETO TENIS - EMPRESA DE PEQUENO PORTE  
**ADVOGADO** : LÚCIA MARIA HELENA DEL VECHIO E OUTRO(S) - SP041889  
**RECORRIDO** : ITAU UNIBANCO S.A  
**ADVOGADO** : ROBERTA HERRERA E OUTRO(S) - SP258829

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por VICENTE DEL VECHIO NETO e OUTRA contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

*"PETIÇÃO INICIAL- Monitória - Inépcia - Inocorrência - Petição inicial acompanhada de contrato de abertura de crédito e demonstrativo de débito que preenche adequadamente os requisitos do art. 1.102-A do CPC (Súmula nº 247 do STJ) - Extratos que demonstram a evolução do débito - Preliminar afastada.*

*JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - Cerceamento de defesa - Inocorrência - Ao julgador cabe decidir sobre a utilidade ou necessidade das provas, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias - Exegese do artigo 130 do CPC - Preliminar afastada.*

*CONTRATO - Bancário - CDC que é aplicável às instituições financeiras (Súmula nº 297 do STJ) - Aplicação que não implica o acolhimento de todas as teses defendidas pelos apelantes - Inexistência de onerosidade excessiva, de lesão enorme ou de abusividade de cláusulas contratuais - Recurso não provido.*

*JUROS - Anatocismo - Contrato bancário - Medida Provisória nº 1.963-17/2000 que admite a capitalização mensal dos juros nos contratos bancários firmados após a sua vigência - Recurso não provido.*

*JUROS - Contrato Bancário - Inaplicabilidade do já revogado artigo 192, § 3º, da Constituição Federal, pois não tinha auto - aplicação - Incidência da Lei nº 4.595/64, da qual resulta não mais existir para as instituições financeiras a restrição constante da Lei de Usura, devendo prevalecer o entendimento consagrado na Súmula nº 596 do Supremo Tribunal Federal, obedecida à taxa média de mercado - Recurso não provido.*

*COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - Inocorrência de cumulação*

*com a correção monetária - Comissão de permanência que é lícita, no período da inadimplência, desde que não cumulada com a correção monetária (Súmula 30, do STJ), nem com juros remuneratórios, calculada pela taxa média de mercado, apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato (Súmulas 294 e 296, também do STJ) - Inexistência de ilegalidade na cumulação da comissão de permanência com a multa e os juros moratórios - Recurso não provido." (fls. 196/197).*

Nas razões do recurso especial, a parte recorrente aponta violação aos arts. 51, § 1º, III e IV, do Código de Defesa do Consumidor, 4º do Decreto n. 22.626/33 e dissídio jurisprudencial, sustentando, em síntese, (a) o julgamento antecipado da lide cerceou o direito de defesa dos autores, pois não lhes foi facultada a produção de provas essenciais ao deslinde do feito, (b) é abusiva a taxa de juros remuneratórios superior a 12% ao ano, (c) é nula a capitalização mensal de juros em contratos bancários e (d) é vedada a cumulação da comissão de permanência com juros moratórios e com multa contratual.

Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 398).

É o relatório.

O Tribunal de origem afastou a alegação de cerceamento de defesa, tendo em vista que os documentos juntados aos autos constituíram prova suficiente para formar a convicção do julgador a respeito da controvérsia. Destaca-se do aresto, nesse ponto:

*"Não houve cerceamento de defesa.*

*Ao julgador cabe decidir sobre a utilidade ou necessidade das provas, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias, nos exatos termos do artigo 130 do CPC.*

*A matéria fática encontra-se nos autos. Resta tão-somente a matéria de direito, motivo pelo qual a sentença o a lume corretamente." (fl. 199)*

Consoante entendimento do STJ, não configura cerceamento de defesa o indeferimento de provas consideradas irrelevantes para o julgamento da lide, segundo juízo fundamentado do magistrado.

Nesse sentido:

***"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONTRATO DE COMERCIALIZAÇÃO DE APARELHOS E SERVIÇOS DE TELEFONIA MÓVEL. RESILIÇÃO UNILATERAL***

*E IMOTIVADA DO CONTRATO ANTES DO TERMO FINAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II, DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

*1. A Corte de origem dirimiu a matéria submetida à sua apreciação, manifestando-se expressamente acerca dos temas necessários à integral solução da lide. Dessa forma, não havendo omissão, contradição ou obscuridade no aresto recorrido, não se verifica a ofensa ao artigo 535 do CPC/73.*

*2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide quando o juiz da causa entender adequadamente instruído o feito, declarando a prescindibilidade de dilação probatória, por se tratar de matéria eminentemente de direito ou de fato já provado documentalmente. No caso, a verificação da necessidade da produção de prova pericial, faculdade adstrita ao magistrado, demandaria o revolvimento de matéria fática, inviável em recurso especial (Súmula 7/STJ).*

*3. Agravo interno a que se nega provimento.*

*(AgInt no AREsp 625.454/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 24/09/2019, DJe 21/10/2019)"*

A tese de cerceamento de defesa, portanto, foi julgada em conformidade com a jurisprudência desta Corte Superior, motivo pelo qual o apelo encontra óbice na Súmula n. 83/STJ.

Ademais, não caberia ao STJ verificar se a produção de demais provas documentais ou de perícia técnica seria indispensável para o julgamento do feito, ante o óbice da Súmula n. 7/STJ.

A alegação de abusividade da taxa de juros também foi rejeitada, conforme se nota do seguinte trecho do acórdão recorrido:

*"No que se refere à taxa de juros, prepondera a legislação específica, Lei nº 4.595/64, da qual resulta não mais existir para as instituições financeiras a restrição constante da Lei de Usura, devendo prevalecer o entendimento consagrado na Súmula nº 596 do Supremo Tribunal Federal, obedecida à taxa média de mercado.*

*(...)*

*No caso dos autos, não é necessária a autorização do Conselho Monetário Nacional para a cobrança de juros acima de 12% ao ano. Somente nos casos de cédula de crédito rural, industrial e comercial, em que há legislação própria, existe a necessidade de*

*comprovação de autorização do Conselho Monetário Nacional."*  
(fl. 201/203)

O acórdão, portanto, não merece reforma, pois está consonante com o entendimento firmado pelo STJ, a respeito do tema:

**"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. REVISIONAL. CARTÃO DE CRÉDITO. UTILIZAÇÃO E DESBLOQUEIO. VÍCIO DE CONTRATAÇÃO. NÃO RECONHECIMENTO. QUESTÕES EMINENTEMENTE FÁTICAS. SÚMULA 7 DO STJ. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO EM 12% AO ANO. NÃO CABIMENTO. TAXA MÉDIA DE MERCADO. AUSÊNCIA DE ABUSIVIDADE. MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 7 DO STJ. HONORÁRIOS. REVISÃO. SUMULA 7 DO STJ. COMPENSAÇÃO. VEDAÇÃO. CPC/2015. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.**

(...)

**2. "A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade". Súmula 382/STJ.**

(...)

**6. Agravo interno conhecido e parcialmente provido.**

**(AgInt no AREsp 1220453/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/05/2018, DJe 14/05/2018)"**

De igual modo, a manutenção da capitalização mensal dos juros pelo TJSP observou o entendimento já sedimentado pelo STJ, no julgamento de recurso representativo de controvérsia, no sentido de que é lícita a cobrança de juros capitalizados em período inferior a um ano, se existente previsão contratual e se o ajuste suceder a edição da MP 2.170-36/2001, então sob o nº 1963-17 (REsp 973.827/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/08/2012, DJe 24/09/2012).

A respeito da comissão de permanência, destaca-se do acórdão de 2º grau:

*"Inexiste qualquer irregularidade na cumulação da comissão de permanência com juros moratórios e com a multa contratual, uma vez que a comissão de permanência não engloba tais índices, de forma a inexistir "bis in idem" ou cobrança dúplice dos mesmos índices." (fl. 203)*

Nesse ponto, contudo, o TJSP não julgou a controvérsia em conformidade com a posição do STJ, segundo a qual a comissão de permanência, no período de inadimplência contratual, afasta a cobrança de quaisquer encargos remuneratórios ou moratórios. Nesse sentido:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AÇÃO REVISIONAL DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO CUMULADA COM DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E REPETIÇÃO DE INDÉBITO.*

*COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. VEDADA CUMULAÇÃO COM ENCARGOS REMUNERATÓRIOS E MORATÓRIOS. SÚMULA 472/STJ. ACÓRDÃO ESTADUAL EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.*

*1. Súmula 472 do STJ: "A cobrança de comissão de permanência - cujo valor não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato - exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios e da multa contratual."*

*2. Estando o acórdão estadual em consonância com a jurisprudência do STJ, o apelo nobre encontra óbice na Súmula 83/STJ, a qual se aplica ao recurso especial tanto pela alínea a como pela alínea c do permissivo constitucional.*

*3. Agravo interno desprovido.*

*(AgInt no AREsp 745.664/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 10/10/2019, DJe 25/10/2019)"*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, dou parcial provimento ao recurso especial para reformar o acórdão recorrido e permitir a cobrança da comissão de permanência no período de inadimplência contratual, afastando sua cumulação com demais encargos remuneratórios ou moratórios.

A alteração do aresto estadual foi mínima, não implicando alteração na sucumbência.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator